



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO/SP

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a substituição e melhoria da iluminação do Estádio Municipal Frederico Dalmaso, contemplando o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para execução dos serviços.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 509.507,21

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

04/02/2026

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

24/02/2026 – às 09h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço global

MODO DE DISPUTA

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8. DO TERMO DE CONTRATO.....	20
9. DOS RECURSOS	21
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25
13. DOS ANEXOS	25



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 005/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO/SP**, por meio da Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Licitações, sediado na Rua Aprígio de Araújo, nº 837, Centro, Sertãozinho/SP, CEP. 14.160-030, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 8.109/2023, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para a substituição e melhoria da iluminação do Estádio Municipal Frederico Dalmaso, contemplando o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para execução dos serviços**, conforme especificações e detalhamentos constantes da Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e minuta do contrato, anexos ao presente edital, que o integram de forma indissociável, para todos os fins e efeitos de direito.

1.2. A licitação será realizada pelo valor global.

1.3. Dos valores máximos da licitação:

1.3.1. Deverão ser observados os valores máximos unitários e global da proposta.

Objeto licitado			
Item	Qty	Descrição	Valor Global (R\$)
01	01	Contratação de empresa especializada para a substituição e melhoria da iluminação do Estádio Municipal Frederico Dalmaso, contemplando o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para execução dos serviços.	509.507,21

1.3.2. As especificações detalhadas do objeto deste edital constam no anexo I (termo de referência), o qual faz parte integrante deste edital, constando orientações e dados objetivos para as licitantes elaborarem suas propostas.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que estiverem previamente credenciados na plataforma eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br) e atenderem todas as exigências constantes neste edital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma eletrônica e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

2.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, facultado o encaminhamento, desde logo, dos documentos de habilitação.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante apresentará a declaração unificada de que trata o **anexo III.1**.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, conforme **anexo III.2**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021:

3.4.1. A ausência de envio da referida declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item **3.3 ou 3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, quando for o caso, no cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, quando for o caso, parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, quando for o caso, parametrizado na forma do **item 3.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.14. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional da plataforma eletrônica poderá ser esclarecida pelo telefone: **Curitiba-PR (41) 3097 4600 Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL)** ou pelo e-mail: **contato@bll.org.br**.

3.15. O credenciamento no sistema operacional da plataforma eletrônica da BLL não dispensa a entrega dos documentos de habilitação.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item (**duas casas decimais**), quantidade, marca, laboratório fabricante, quando for o caso;

4.1.2. Descrição do objeto licitado, contendo as especificações constantes no termo de referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante:

4.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Descritivo Técnico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição:

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.8. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.9. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas **competente** e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 3.000,00 (três mil reais) e incidirá sobre o valor global.**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006:

5.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência;

5.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência;

5.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

5.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

5.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

5.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. Empresas brasileiras;

5.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

5.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

5.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados;

5.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 2.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante:

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas:

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência/projeto básico;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50%** (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração:

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

6.8.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75%** (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85%** (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. Caso o custo total estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço:

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA. A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, após a fase de lances, deve anexar na plataforma eletrônica da BLL a documentação técnica, **CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da documentação técnica ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro ou havendo entrega de documentação técnica fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) documentação(ões) técnica(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s)



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

documentação (ões) técnica(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no termo de referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/16, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado:

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados à plataforma eletrônica.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma eletrônica e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados:

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação ou a exigência dos documentos será feita em relação ao licitante vencedor:

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no termo de referência e/ou neste edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados ao Pregoeiro, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:

7.14.1. Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;

7.14.1.1. Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.

7.14.2. Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

7.14.3. Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.

7.15. O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo Pregoeiro, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.19. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, serão aferidas por intermédio dos seguintes documentos:

7.19.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

7.19.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT**);

e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidões de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual (relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, inscritos em dívida ativa) e Fazenda Municipal (mobiliária);

7.19.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II, da Lei nº 14.133/21;

7.19.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.19.4.1. Qualificação técnica operacional:

a) Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), competente da região a que estiver vinculada a licitante.

b) Comprovação de 1 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente em nome da licitante, demonstrando que executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, especialmente a **comprovação de execução de:**

b1) Montagem e/ou adequação de quadros elétricos e cabeamento de força em redes de baixa tensão, totalizando no mínimo 02 quadros;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

b2) Instalação de módulos de iluminação com tecnologia LED (não necessariamente luminotécnico esportivo), totalizando no mínimo 30 luminárias ou projetores;

7.19.4.2. Qualificação técnica profissional, para fins de contratação:

a) Declaração indicando o nome, CPF e número de registro na entidade profissional competente do Responsável Técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto.

a.1) O profissional indicado como Responsável Técnico do contrato deverá ter formação de engenheiro ou arquiteto.

a.2) O vínculo empregatício com o profissional indicado como Responsável Técnico deverá ser comprovado mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante; do contrato social da licitante, em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviço; ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

b) Comprovação de 1 (uma) ou mais Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT expedido(s) em nome do profissional indicado como Responsável Técnico do contrato, por Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), competente da região onde os serviços foram prestados, que comprove(m) ter o profissional executado para administração pública ou privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) relativo(s) a:

b1) Montagem e/ou adequação de quadros elétricos e cabeamento de força em redes de baixa tensão;

b2) Instalação de módulos de iluminação com tecnologia LED (não necessariamente luminotécnico esportivo).

c) O profissional que apresentar documentação para comprovação da qualificação técnica acima deverá, obrigatoriamente, ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta contratação.

d) Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida neste Edital.

e) Com o intuito de tornar mais célere a análise pelo agente de contratação, deverão ser destacados (grifados), nos atestados, os itens correspondentes às solicitações de qualificação técnica prevista neste Edital.

f) A comprovação a que se refere o subitem 7.19.4.1, acima, poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados válidos quanto dispuser a licitante.

g) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Prefeitura



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Municipal de Sertãozinho, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

h) **Atestado de visita (ANEXO III.3)**, ao local dos serviços por preposto da licitante DEVIDAMENTE CREDENCIADO PELA MESMA, emitido PREFERENCIALMENTE pela empresa interessada conforme modelo anexo ao Edital. A visita será realizada de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos nas repartições públicas do município de Sertãozinho) impreterivelmente às 10h e até o dia imediatamente anterior a data de abertura da licitação, na Secretaria de Obras, Conservação e Serviços Públicos localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 1.773, São João, telefone (16) 3946 7800 (com necessidade de agendamento prévio);

h.1) A visita técnica será facultativa;

h.2) Se a empresa optar por, não realizar a visita técnica, a Prefeitura Municipal de Sertãozinho, através da Secretaria Municipal de Obras, Conservação e Serviços Públicos, entende que a mesma tem conhecimento do local dos serviços e não tem dúvidas, quanto ao local pretendido para realização dos serviços, portanto não poderá haver questionamento, sobre as condições do local.

7.20. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, este Município aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente:

8.2. O adjudicatário terá o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

8.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

8.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3, poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos deverão ser através da plataforma eletrônica <https://bll.org.br>.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame:

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

12.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico do Município www.sertaozinho.sp.gov.br e na Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

13. DOS ANEXOS

13.1. Integram o presente edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de planilha de proposta;
- Anexo III – Modelos de Declarações;
- Anexo IV – Minuta de Contrato.

Sertãozinho, 03 de fevereiro de 2026.

Andrei Ricardo Trovo
Secretário Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 005/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A SUBSTITUIÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL FREDERICO DALMASO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

MENOR PREÇO GLOBAL

CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

Objeto a ser contratado

O objeto a ser contratado consiste na contratação de empresa especializada para a substituição e melhoria da iluminação do Estádio Municipal Frederico Dalmaso, contemplando o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para execução dos serviços.

Quantitativos estimados:

- Refletores LED: 64 unidades (16 refletores por torre, total de 4 torres metálicas de 18 m de altura), onde cada unidade deverá ter potência entre 800 e 1000W, fluxo luminoso mínimo de 120.000 lumens, temperatura de cor de 5000K, tensão de operação do conjunto 120 a 277 VAC, grau de proteção mínimo IP-66, angulação dos módulos de +- 30° a +- 30°, eficiência luminosa de no mínimo 150 lm/W, grade proteção mecânica de IK09;
- Retirada de refletores e reatores existentes: 48 unidades (12 por torre);
- Ajustes elétricos: adequação dos quadros de proteção, substituição/instalação de cabos e outros componentes necessários à adaptação dos novos projetores;
- Garantia mínima exigida:
 - 80.000 horas de funcionamento para projetores LED;
 - 5 anos contra defeitos de fabricação;
 - 12 meses para instalações elétricas, mecânicas e acessórios.

Justificativa das especificações técnicas (art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021):

As especificações técnicas foram definidas de forma precisa, adequada e suficiente, sem restringir a competição, atendendo aos princípios da isonomia e da ampla competitividade. Os parâmetros estabelecidos justificam-se porque:



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- A potência entre 800 e 1000W e fluxo luminoso mínimo de 120.000 lumens por projetor é suficiente para garantir a iluminação mínima exigida (500 lux Emédio) e uniformidade de 0,7, respeitando a infraestrutura existente das torres;
- A quantidade de 16 refletores por torre decorre de um estudo prévio que indica ser suficiente para atender as exigências da FPF. Caso a proponente, por características de seu refletor, verificar em seus estudos que seja necessário instalar mais refletores por torre para atender as exigências luminotécnicas, poderá fazê-lo por sua conta desde que atenda também à limitação física das estruturas metálicas já instaladas, sendo vedada a modificação da estética da raquete de sustentação;
- A exigência de grau de proteção IP-66/IP-68 e IK-09 justifica-se por tratar-se de equipamentos expostos a intempéries e choques mecânicos, garantindo segurança e durabilidade;
- A temperatura de cor mínima de 5000K e eficiência luminosa ≥ 150 lm/W são parâmetros que asseguram qualidade da iluminação e eficiência energética;
- A garantia mínima de 5 anos e a vida útil de 80.000 horas refletem práticas de mercado e evitam contratações que gerem custos excessivos de manutenção futura para a Administração.

Capacidade técnico-operacional a ser exigida:

Nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021, será exigido que a empresa demonstre experiência anterior em serviços de porte e complexidade equivalentes, mediante atestados de capacidade técnica operacional, comprobatórios de:

- Execução de instalação elétrica de baixa tensão com fornecimento e instalação de pelo menos 32 projetores de LED (50% da quantidade de maior relevância do objeto – 64 projetores);

Capacidade técnico-profissional a ser exigida:

Também conforme o art. 67, § 3º da Lei nº 14.133/2021, será exigida a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CRT, em nome dos profissionais que comporão a equipe técnica da contratada, comprovando experiência em:

- Instalação elétrica de baixa tensão com fornecimento e instalação de projetores LED (mínimo de 32 unidades);

A equipe técnica mínima deverá ser composta por:

- Engenheiro Eletricista (responsável técnico principal);
- Engenheiro Civil e/ou Mecânico (responsável por laudo estrutural das torres e esforços mecânicos);
- Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho (acompanhamento das condições de segurança – NR-10 e NR-35).

Natureza do objeto

Serviço de engenharia



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Fundamentação da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar disponível no processo administrativo, indicado no item 1 deste TR.

Há legislação especial que deva ser considerada na contratação?

☒ Sim ☐ Não

- Portaria Inmetro nº 62 – requisitos de segurança e desempenho para luminárias;
- Normas ABNT NBR aplicáveis, especialmente:
 - NBR IEC 60598-1 (Luminárias – requisitos gerais e ensaios);
 - NBR 15129 (Iluminação de áreas esportivas);
 - Normas regulamentadoras de segurança do trabalho (NR-10 e NR-35, entre outras) aplicáveis aos serviços de eletricidade e trabalho em altura.

Justificativa da contratação

A contratação é necessária e vantajosa para a Administração Pública, pois:

- Necessidade de adequação técnica e regulatória
 - O sistema atual é composto por refletores de vapor metálico, cuja reposição de lâmpadas e reatores encontra-se inviabilizada pela descontinuidade de fabricação.
 - Há exigência de atender aos índices mínimos de iluminância para jogos noturnos oficiais (≥ 500 lux Emédio), conforme exigência da FPF e normas da ABNT (NBR 15129 e correlatas).
- Segurança e continuidade das atividades esportivas
 - A iluminação insuficiente compromete a prática esportiva, a visibilidade de árbitros e atletas e a segurança do público.
 - A atualização garante a plena utilização do Estádio Municipal em eventos noturnos, evitando prejuízos sociais e esportivos à comunidade.
- Sustentabilidade e eficiência energética
 - Os projetores LED apresentam consumo até 50% menor que os refletores tradicionais, alinhando-se ao art. 11, VI, da Lei nº 14.133/2021 (sustentabilidade ambiental).
 - A durabilidade (≥ 80.000 horas) e a garantia de 5 anos reduzem custos de manutenção e evitam gastos adicionais futuros.
- Justificativa econômica e orçamentária
 - Embora o custo inicial seja superior ao das lâmpadas convencionais, a redução de consumo energético e a baixa necessidade de manutenção asseguram melhor custo-benefício no ciclo de vida do objeto, conforme art. 18, VII, da Lei nº 14.133/2021.
 - O preço de referência foi definido com base em orçamento detalhado e pesquisa de mercado constante do ETP e planilhas anexas ao processo.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Valorização do patrimônio público e interesse social
 - O Estádio Municipal é patrimônio público utilizado pela comunidade e clubes locais, e sua modernização atende à função social, fomentando o esporte, o lazer e a integração social.
 - A obra contribui para a imagem institucional do Município, uma vez que a iluminação é elemento central em jogos, eventos e transmissões televisivas.

Requisitos da contratação

A execução do objeto contratado deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

a) Requisitos técnicos do objeto

- Iluminância mínima: 500 lux (Emédio) e uniformidade mínima de 0,7, conforme NBR 15129 (Iluminação de áreas esportivas) e exigências da FPF.
- Refletores LED: 64 unidades (16 por torre), com potência entre 800 e 1000W cada, eficiência ≥ 150 lm/W, temperatura de cor ≥ 5000 K, fator de potência $\geq 0,95$ e vida útil mínima de 80.000 horas.
- Proteção e durabilidade: grau de proteção IP-66 ou superior e IK-09; resistência à corrosão com ensaio em névoa salina ≥ 1000 horas.
- Infraestrutura: compatibilidade com as torres existentes de 18m de altura, sem alteração da estética da raquete de sustentação; eventuais adequações elétricas ou estruturais ficam a cargo da contratada.
- Estudo luminotécnico: apresentação obrigatória de estudo luminotécnico prévio e laudo final comprovando a conformidade com os índices de iluminação.
- Normas e regulamentações: atendimento integral às Portarias do Inmetro nº 62, às normas ABNT (NBR 5101, NBR IEC 60598-1, NBR 16026, NBR 5123, entre outras) e às normas de segurança NR-10 e NR-35.

b) Requisitos de garantia e manutenção

- Garantia de 12 meses para instalações elétricas, mecânicas e acessórios.
- Garantia mínima de 5 anos contra defeitos dos projetores.
- Garantia de 80.000 horas de vida útil para os projetores LED.
- Substituição imediata de projetores defeituosos durante os 12 primeiros meses após a instalação, sem ônus para a Administração.

c) Requisitos de execução e prazo

- Início da execução: até 5 dias úteis após a ordem de serviço.
- Prazo de execução: 2 meses contados da ordem de serviço.
- Execução por equipe técnica qualificada e com treinamento para trabalho em altura e instalações elétricas (NR-10 e NR-35).



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

d) Requisitos de capacidade técnica (operacional e profissional)

- Montagem e/ou adequação de quadros elétricos e cabeamento de força em redes de baixa tensão, totalizando no mínimo 02 quadros;
- Instalação de módulos de iluminação com tecnologia LED (não necessariamente luminotécnico esportivo), totalizando no mínimo 30 luminárias ou projetores;
- Equipe mínima prevista:
 - Engenheiro Eletricista (responsável técnico principal);
 - Engenheiro Civil/Mecânico (responsável por laudo estrutural das torres);
 - Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho.

e) Requisitos de sustentabilidade e economicidade

- Utilização de tecnologia LED, com menor consumo energético em comparação às lâmpadas de vapor metálico, atendendo ao art. 11, VI, da Lei nº 14.133/2021.
- Obrigação de comprovar, por testes laboratoriais acreditados pelo Inmetro, a eficiência luminosa, vida útil e resistência mecânica dos equipamentos.

Análise dos riscos da contratação

A execução da substituição do sistema de iluminação do Estádio Municipal envolve alguns riscos relevantes que devem ser considerados:

- Fornecimento de equipamentos fora de especificação ou em processo de descontinuidade, o que poderia comprometer a eficiência luminosa e a reposição de peças.
- Atraso na execução da obra, dado o prazo reduzido de 2 (dois) meses para conclusão após a ordem de serviço.
- Problemas estruturais nas torres metálicas, que poderiam exigir adequações adicionais para suportar os novos refletores.
- Acidentes de trabalho, em razão da necessidade de execução em altura (18 metros).
- Falhas prematuras de durabilidade dos projetores LED, que poderiam gerar custos adicionais de substituição caso não amparados por garantia contratual.

Foi elaborada Matriz de Riscos específica para esta contratação, apresentada no item 5.7 deste Termo de Referência, contendo os principais eventos de risco identificados, suas possíveis consequências, responsáveis pela mitigação e estratégias de tratamento preventivo, em conformidade com as diretrizes do art. 18, X, da Lei nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Haverá necessidade de matriz de alocação de riscos no contrato?

☒ Sim ☐ Não

A seleção será restrita a produtos pré-qualificados?

☐ Sim ☒ Não

O objeto é um produto com julgamento pelo ciclo de vida?

☒ Sim ☐ Não

Nos termos do art. 34, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o julgamento pelo ciclo de vida do objeto é pertinente nesta contratação, uma vez que a escolha pela tecnologia LED considera não apenas o custo inicial de aquisição, mas também:

- Vida útil mínima de 80.000 horas para os projetores LED;
- Garantia contratual de 5 anos contra defeitos de fabricação;
- Eficiência energética elevada (≥ 150 lm/W), com economia de até 50% em relação às lâmpadas de vapor metálico;
- Baixa necessidade de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo custos futuros para a Administração;
- Disponibilidade de peças de reposição durante todo o período de garantia, assegurada por declaração do fabricante ou da licitante.

O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável?

☐ Sim ☒ Não

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Especificação e quantidades da solução:

A solução proposta consiste na modernização completa do sistema de iluminação do Estádio Municipal, mediante a substituição dos refletores existentes de vapor metálico por projetores de LED de alta eficiência, bem como a realização dos ajustes necessários na infraestrutura elétrica.

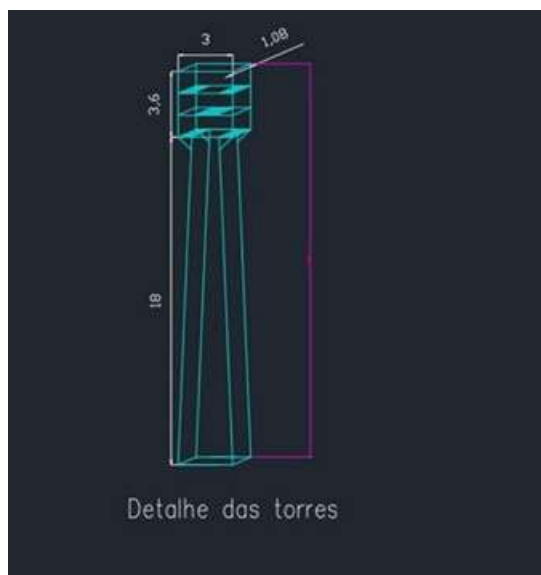
Escopo da solução:

- Refletores LED: 64 unidades, distribuídas em 4 torres metálicas de 18m de altura, sendo 16 projetores por torre;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Para atendimento da nova proposta no que se refere o índice de iluminação solicitado a contratada deverá atender ao critério estabelecido de iluminação mínima Média 500 lux e uniformidade de 0,7.
- As quantidades e especificações dos refletores do projeto podem ser definidas pela empresa vencedora do certame de modo que atenda os critérios preestabelecidos de índice de iluminação mínimo, conforme calculado em seu estudo luminotécnico, bem como infraestrutura existente. Caso seja necessário a alteração da infraestrutura existente para melhoria, acréscimo ou ampliação, estes ajustes ficarão a cargo da empresa vencedora sem custos ao erário, pois estamos prevendo que a quantidade de refletores a ser instalado e projeto pela empresa deverá ser de acordo com o tamanho de refletor a ser utilizado de modo que a quantidade necessária caiba na infraestrutura “raquete de sustentação dos refletores” existente.
- A potência elétrica máxima do novo sistema de iluminação não poderá ultrapassar 20KW por torre.



- Características mínimas dos projetores LED:
 - Potência entre 800 e 1000 W por refletor;
 - Eficiência luminosa mínima: 150 lm/W;
 - Fluxo luminoso mínimo: 120.000 lumens;
 - Fator de potência $\geq 0,95$;
 - Tensão de operação do conjunto 120 a 277 VAC;
 - Temperatura de cor $\geq 5000K$;
 - Angulação dos módulos de $\pm 30^\circ$ a $\pm 30^\circ$;
 - Vida útil mínima de 80.000 horas;
 - Grau de proteção mínimo: IP-66 (projetor) e IP-68 (tomada fotoelétrica);
 - Resistência mecânica: IK-09;
 - Sistema de fixação através de haste em chapa de aço galvanizado a fogo;
 - Driver dimerizável (1-10 Vcc);
 - Protetor de surto (10kV/12kA);



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Conformidade com Portaria Inmetro nº 62 e normas ABNT aplicáveis (NBR IEC 60598-1, NBR 15129, NBR 5101, NBR 5123, NBR 16026, entre outras).
- Deverá possuir uma manta de condutividade térmica de 6 a 350 W/m²*K, entre a placa de LED e o corpo de alumínio injetado;
- A placa de LED e a lente deverão ser fixadas ao corpo de alumínio injetado através de parafusos;
- O LED deverá ser montado em placa de Metal Core Printed Circuit Board (MCPCB), não serão aceitos módulos com PCB de material fenolite ou fibra de vidro;
- Os LEDs deverão ser montados na MCPCB por processo SMD e não serão aceitos LEDs de famílias com embalagens de PPA (Polyphthalamide – temoplastic sintetic – nylon);
- Não será aceito o uso de tecnologia COB.
- Infraestrutura elétrica:
 - Retirada de aproximadamente 48 refletores de vapor metálico e respectivos reatores;
 - Instalação de novos quadros de força para adequação às novas luminárias;
 - Ajustes de circuitos elétricos;
 - Potência elétrica máxima permitida por torre: 20 kW.
- Projetos técnicos exigidos:
 - Estudo luminotécnico detalhado, garantindo iluminância mínima de 500 lux (Emédio) e uniformidade mínima de 0,7 no campo, conforme exigência da FPF e normas ABNT;
 - Laudo estrutural das torres, emitido por engenheiro civil ou mecânico, atestando a capacidade das torres para suportar os novos refletores;
 - ARTs específicas junto ao CREA para: execução elétrica, estudo luminotécnico e laudo técnico final.
- Testes e comprovações técnicas:
 - Ensaios laboratoriais acreditados pelo Inmetro (fotometria, fluxo luminoso, eficiência luminosa, vida útil, IP, IK);
 - Medição final em campo, comprovando o atendimento ao índice de iluminância.

Garantias exigidas:

- Garantia mínima de 5 anos para projetores;
- Garantia mínima de 12 meses para serviços;
- Vida útil mínima comprovada de 80.000 horas para projetores;
- Obrigatoriedade de substituição imediata de equipamentos defeituosos durante o período de garantia dos serviços.

Prazo para início da execução do objeto

O prazo para início da execução do objeto será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS) pela Administração.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Este prazo tem por finalidade:

- Permitir à contratada a mobilização de equipe técnica e equipamentos necessários;
- Garantir o atendimento às exigências de segurança do trabalho (NR-10 e NR-35) e a disponibilização de EPIs;
- Viabilizar a apresentação prévia dos documentos obrigatórios, tais como:
 - ARTs junto ao CREA (execução elétrica, estudo luminotécnico, laudo luminotécnico final e laudo estrutural das torres);
 - Plano de trabalho detalhado, com cronograma físico-financeiro de execução;
 - Relação de profissionais habilitados responsáveis pelas etapas críticas.

O não cumprimento deste prazo poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021, inclusive a rescisão contratual por inexecução.

Prazo de entrega ou de execução do objeto

O prazo para a execução do objeto **será de 02 (dois) meses**, contados a partir da data indicada pelo CONTRATANTE na Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria requisitante.

Esse prazo abrange todas as etapas necessárias, incluindo:

- Mobilização de pessoal e equipamentos;
- Retirada dos refletores existentes (48 unidades de vapor metálico e respectivos reatores);
- Instalação dos projetores LED (64 unidades, distribuídas em 4 torres);
- Adequações elétricas nos quadros de força, incluindo ajustes de circuitos e proteção contra surtos;
- Execução dos ensaios finais em campo (GRID FPF), conforme normas técnicas de iluminação esportiva;
- Emissão de laudos e ARTs por profissionais habilitados (engenheiro eletricista, civil e/ou mecânico);

O prazo estabelecido considera a complexidade da obra e visa garantir que o estádio esteja em condições adequadas para sediar jogos noturnos oficiais, com iluminação em conformidade com os padrões exigidos pela FPF.

Local de entrega ou execução

Estádio Municipal Frederico Dalmaso, Rua Guilherme Volpe, s/n, Sertãozinho – SP.

O objeto possui exigências a serem feitas após a entrega/execução?



Sim



Não



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Sim. Após a entrega e execução, deverão ser observados os seguintes requisitos:

Garantia exigida do objeto:

- Garantia mínima de 60 meses (5 anos) para equipamentos e 12 meses para mão de obra;
- A garantia abrangerá defeitos de fabricação, falhas de desempenho, problemas elétricos e estruturais vinculados à instalação;
- Durante o prazo de garantia dos serviços, a contratada deverá substituir imediatamente os equipamentos defeituosos sem ônus adicional para a Administração.

Condições de manutenção:

- A contratada deverá realizar, durante o período de garantia, a manutenção corretiva integral, sempre que ocorrerem falhas;
- Toda manutenção deverá respeitar as normas da ABNT aplicáveis e ser registrada em relatório técnico entregue à fiscalização.

Condições de assistência técnica:

- A contratada deverá manter suporte técnico especializado durante o período de garantia, com atendimento em até 72 horas após notificação da Administração;
- O suporte deverá contemplar equipe capacitada em elétrica e luminotécnica, conforme o escopo executado.

Exige respeito às normas específicas de descarte?

☒ Sim ☐ Não

Os materiais retirados durante a execução do contrato — projetores, lâmpadas e reatores existentes — deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Obras, Conservação e Serviços Públicos, que ficará responsável pelo reaproveitamento e redistribuição desses equipamentos em eventos, áreas esportivas, praças ou outros locais onde haja necessidade de iluminação temporária ou suplementar.

Somente após o término de sua vida útil, caberá à própria Prefeitura promover o descarte ambientalmente adequado dos materiais, observando a legislação vigente.

Quais são as normas específicas de descarte?

Quando os materiais reaproveitados chegarem ao fim de sua vida útil, a destinação final deverá seguir as normas e diretrizes aplicáveis, sob responsabilidade da Administração Municipal:



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a PNRS;
- Resolução CONAMA nº 401/2008, sobre a destinação de lâmpadas, reatores e equipamentos com metais pesados;
- Normas da ABNT NBR 10004 e NBR 16156, relativas à classificação e manejo de resíduos eletroeletrônicos;
- Demais normas ambientais municipais e estaduais vigentes.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Como atingiremos os resultados pretendidos do contrato?

Os resultados pretendidos serão atingidos por meio da execução integral e coordenada das etapas previstas no Memorial Descritivo e neste Termo de Referência, observando-se as seguintes diretrizes:

1. Planejamento e mobilização inicial
 - Emissão da Ordem de Serviço e apresentação, pela contratada, do cronograma físico-financeiro detalhado;
 - Apresentação das ARTs de execução elétrica, luminotécnica e laudo estrutural das torres;
 - Mobilização de mão de obra capacitada, equipamentos de segurança e ferramental adequado.
2. Execução técnica conforme especificações
 - Retirada dos refletores antigos (tecnologia vapor metálico) e reatores existentes;
 - Instalação de 64 projetores LED distribuídos em 4 torres metálicas, respeitando o limite de potência elétrica de 20 kW por torre;
 - Adequação dos quadros elétricos e ajustes nos circuitos elétricos;
 - Cumprimento das normas técnicas da ABNT (NBR IEC 60598-1, NBR 15129, NBR 5101, NBR 5123, entre outras) e da Portaria Inmetro nº 62.
3. Controle de qualidade e testes finais
 - Realização de ensaios de campo (GRID FPF) comprovando iluminância mínima de 500 lux e uniformidade de 0,7 no campo, conforme normas da FPF;
 - Emissão de relatórios técnicos e laudos de conformidade pela contratada, submetidos à fiscalização da Administração;
 - Substituição imediata de eventuais equipamentos que não atendam às exigências.
4. Entrega, recebimento e acompanhamento
 - Recebimento provisório mediante inspeção da Administração;
 - Emissão das ARTs finais pelos engenheiros responsáveis;
 - Recebimento definitivo condicionado à comprovação da conformidade técnica;
 - Garantia contratual de 5 anos para os equipamentos.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Assim, a estratégia de execução está estruturada para assegurar qualidade, eficiência energética, segurança operacional e durabilidade do sistema de iluminação, garantindo que o Estádio Municipal esteja apto a receber jogos noturnos oficiais com padrão técnico compatível com exigências paulista.

Forma de execução do contrato

Prestação de serviço imediato

A forma de execução do contrato caracteriza-se como prestação de serviço imediato, de escopo definido e não continuado, iniciando-se imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço e desenvolvendo-se ao longo do prazo necessário à completa execução do objeto.

Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência do contrato **será de 04 (quatro) meses**.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Existem requisitos anteriores à execução?

☒ Sim ☐ Não

Será exigida garantia financeira do contrato?

☒ Sim ☐ Não

Se sim, o percentual de garantia financeira do contrato é:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

A licitante declarada vencedora deverá apresentar, como condição para assinatura do Contrato, Garantia Contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

Caução em dinheiro;

Caução em títulos da dívida pública;

Fiança bancária;

Seguro-garantia;

Título de capitalização.

A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas nas normas pertinentes.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

- A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá contemplar o CONTRATANTE como único segurado e ter validade mínima de 90 (noventa) dias, contados do término da vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Nas demais opções de modalidades de garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pela prefeitura, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Justificativa da Exigência de Garantia Contratual

A exigência de garantia contratual se justifica pelo:

- Alto valor agregado dos equipamentos (projetores LED e sistemas elétricos especializados);
- Necessidade de assegurar a boa execução do contrato e a cobertura de eventuais prejuízos à Administração em caso de inadimplemento, abandono da obra ou defeitos na execução.

Essa medida garante maior segurança jurídica e financeira à Administração, preservando o interesse público.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Há outros requisitos anteriores à execução?

☒ Sim ☐ Não

Se sim, quais requisitos anteriores à execução?

Antes da execução, a contratada deverá apresentar:

- ARTs junto ao CREA referentes à execução elétrica e ao laudo estrutural das torres;
- Laudo estrutural das torres metálicas, emitido por engenheiro civil ou mecânico, atestando a segurança para instalação dos novos projetores;
- Cronograma físico-financeiro detalhado, alinhado ao prazo global de execução de 02 (dois) meses;
- Plano de Segurança do Trabalho, contemplando medidas para atividades em altura e em eletricidade, com comprovação de treinamentos NR-10 e NR-35;
- Comprovação de disponibilidade de peças de reposição e declaração de produção contínua dos projetores LED, emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado.

Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com o apoio de equipe técnica especializada quando necessário.

A metodologia de acompanhamento será estruturada nos seguintes eixos:

1. Fiscalização documental – conferência prévia dos documentos apresentados pela contratada (ARTs, estudo luminotécnico, laudo estrutural das torres, cronograma físico-financeiro, plano de segurança do trabalho, certificados e laudos dos projetores LED).
2. Fiscalização em campo – acompanhamento presencial das etapas de execução (remoção dos refletores antigos, instalação dos novos projetores LED, adequações elétricas e testes de segurança).
3. Medições periódicas – será realizada medição física-financeira da obra, com vinculação ao cronograma aprovado, servindo de base para o pagamento das parcelas.
4. Controle da qualidade técnica – realização de ensaios e verificações:
 - Testes de funcionamento dos projetores;
 - Verificação de conformidade com os laudos de eficiência luminosa, IP, IK e demais requisitos técnicos;
 - Medição luminotécnica final, atestando iluminância mínima de 500 lux e uniformidade de 0,7 no campo.
5. Registros de fiscalização – todos os atos de acompanhamento serão registrados em relatórios formais, com evidências fotográficas, que integrarão o processo administrativo do contrato.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Critérios Objetivos de Acompanhamento e Controle da Execução Contratual

Serão utilizados os seguintes critérios objetivos para o acompanhamento e controle:

- Cronograma físico-financeiro: cumprimento rigoroso dos prazos e marcos estabelecidos;
- Quantidade e especificação dos equipamentos: conferência da entrega de 64 projetores LED, em conformidade com as especificações técnicas e os laudos acreditados pelo Inmetro;
- Conformidade das instalações elétricas: adequação dos quadros de potência limitada a 20 kW por torre;
- Segurança do trabalho: comprovação do uso de EPIs e do treinamento NR-10 e NR-35 por toda a equipe envolvida;
- Qualidade da iluminação entregue: ensaio final em campo comprovando iluminação mínima de 500 lux e uniformidade de 0,7 no campo;
- Entrega documental final: ARTs conclusivas, laudos técnicos, relatórios fotométricos e termo de garantia de 5 anos.

O descumprimento de qualquer dos critérios acarretará aplicação das penalidades contratuais e legais (advertência, multa, suspensão ou rescisão contratual), assegurando a proteção do interesse público.

- O contrato será registrado e acompanhado em sistema de controle interno da Administração, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, permitindo rastreabilidade de todas as etapas, documentos e comunicações.

Fiscal do Contrato: Alexandre José Zamproni, gestor de unidade de manutenção civil e elétrica, e-mail: eletrica@sertaozinho.sp.br.

Será responsável pela fiscalização técnica da execução dos serviços, conferência de medições, exigência de correções e aplicação de penalidades contratuais, conforme atribuições previstas no Termo de Referência e na legislação vigente.

Gestor do Contrato: Engº Alberto Dominguez Cánovas.

Secretário Adjunto da Municipal de Obras, Conservação e Serviços Públicos.

E-mail: secretariadeobras@sertaozinho.sp.gov.br - Telefone (16) 3946 7800.

Será responsável pela condução administrativa do contrato, acompanhamento de prazos, vigência, eventuais aditivos e interlocução entre os setores envolvidos.

Obrigações específicas do contratado

Além das obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável, caberá à contratada:

- Execução técnica conforme especificações
 - Executar todos os serviços de acordo com o Memorial Descritivo, este Termo de Referência e as normas técnicas da ABNT aplicáveis;
 - Fornecer e instalar 64 projetores LED de alta eficiência, distribuídos em 4 torres metálicas, respeitando os limites de potência elétrica.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Documentação técnica obrigatória
 - Apresentar as ARTs junto ao CREA para: execução elétrica, laudo luminotécnico e laudo estrutural das torres;
 - Fornecer laudos laboratoriais acreditados pelo Inmetro comprovando eficiência luminosa, vida útil (LM-79/LM-80), IP, IK e fator de potência dos projetores;
 - Apresentar declaração de disponibilidade de peças de reposição durante o período de garantia.
- Garantias e qualidade da solução
 - Garantir o desempenho da iluminação em conformidade com os requisitos da FPF, assegurando iluminância mínima de 500 lux e uniformidade de 0,7 no campo;
 - Conceder garantia mínima de 5 anos para todos os projetores.
- Segurança do trabalho e responsabilidade civil
 - Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-10 e NR-35;
 - Fornecer os EPIs necessários e comprovar a capacitação da equipe técnica;
 - Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços.

Obrigações específicas do Município

Compete ao Município, por meio de seus órgãos e representantes designados, cumprir as seguintes obrigações durante a execução contratual:

- Gestão e fiscalização do contrato
 - Designar formalmente um Gestor do Contrato e equipe de apoio técnico, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e validação das etapas executadas;
 - Registrar em relatórios as ocorrências relevantes durante a execução e manter arquivo de toda a documentação apresentada pela contratada.
- Disponibilização de acesso e infraestrutura
 - Garantir o acesso ao Estádio Municipal e às áreas de instalação, em horários previamente acordados;
 - Providenciar, quando necessário, pontos de energia elétrica provisórios e apoio logístico mínimo para a execução dos serviços.
- Acompanhamento das medições e pagamentos
 - Realizar medições periódicas mensais do andamento físico-financeiro da obra, de acordo com o cronograma aprovado;
 - Efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos legais, condicionados ao cumprimento das etapas contratadas e à apresentação da documentação exigida.
- Apoio à segurança e cumprimento normativo
 - Fornecer à contratada informações sobre normas municipais de segurança e meio ambiente aplicáveis;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Acompanhar o cumprimento das normas de segurança do trabalho (NR-10 e NR-35), sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.
- Recebimento do objeto
 - Realizar o recebimento provisório e, após a devida conferência documental e técnica (incluindo ensaio luminotécnico final e ARTs conclusivas), efetuar o recebimento definitivo do objeto;
 - Exigir a correção de falhas e a substituição de equipamentos defeituosos antes da homologação do recebimento definitivo.

Existem requisitos posteriores à execução?

☒ Sim ☐ Não

- Garantia mínima de 12 meses para instalações elétricas, mecânicas e acessórios.
- Substituição imediata de projetores defeituosos durante os 12 primeiros meses após a instalação, sem ônus para a Administração.
- A contratada deverá manter suporte técnico especializado durante o período de garantia, com atendimento em até 72 horas após notificação da Administração.

Infrações e penalidades do Contrato

Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado.

Será aplicada multa moratória não inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

Penalidade	Percentual / Condição	Base de Cálculo
Advertência	—	—
Multa moratória	até X% ao dia de atraso, limitado a Y%	Valor da parcela em atraso



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Penalidade	Percentual / Condição	Base de Cálculo
Multa compensatória	até 30%	Valor da parcela inadimplida (art. 156, §3º, Lei 14.133/2021)
Impedimento de licitar/contratar	até 3 anos	—
Declaração de inidoneidade	até reabilitação	—

Matriz de riscos

Matriz de riscos de contratação de empresa especializada para a reforma e substituição da iluminação do Estádio Municipal, com base nas orientações do TCU (referência: Acórdão TCU 2622/2013 - Plenário e Guia de Gestão de Riscos da Administração Pública).

Dados relevantes:

- Probabilidade (1-5): Avaliação da probabilidade de ocorrência do risco, onde 1 é baixa e 5 é alta.
- Impacto (1-5): Avaliação do impacto que o risco teria no projeto, onde 1 é baixo e 5 é alto.
- Nível de Risco (P x I): Multiplicação da probabilidade pelo impacto, que ajuda a priorizar os riscos.
- Estratégia de Mitigação: Ações que podem ser tomadas para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco.

Nº	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Prob. (1-5)	Impacto (1-5)	Nível (P x I)	Impactos e Estratégia de Mitigação
1	Fornecimento de equipamentos fora de especificação ou descontinuados	Ausência de laudos técnicos ou produtos em processo de descontinuidade	Licitação / Execução	Contratada / Fiscalização	3	5	15	Impacto: iluminação inadequada, prejuízo ao desempenho esportivo e à segurança. Mitigação: exigir laudos técnicos (LM79, LM80, IP, IK) e declaração de produção contínua do fabricante; conferência documental pela fiscalização.
2	Atraso na execução da obra	Planejamento inadequado ou má gestão de equipe	Execução	Contratada / Fiscalização	3	4	12	Impacto: atraso na entrega do estádio e prejuízos a jogos oficiais. Mitigação: cronograma físico-financeiro, medições mensais, vinculação de pagamentos à execução e aplicação de penalidades.
3	Problemas estruturais nas torres metálicas (18 m)	Ausência de laudo estrutural prévio ou desgaste do material	Execução	Contratada	2	5	10	Impacto: risco de colapso estrutural e acidentes graves. Mitigação: exigir laudo estrutural de engenheiro civil ou mecânico antes da instalação; adequações sob responsabilidade da prefeitura.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

4	Acidentes de trabalho (altura e eletricidade)	Falta de treinamento ou de uso de EPIs	Execução	Contratada	3	5	15	Impacto: lesões graves, paralisação da obra, passivo trabalhista. Mitigação: comprovação de treinamentos NR-10 e NR-35, fiscalização do uso de EPIs, responsabilidade integral da contratada.
5	Falhas prematuras de durabilidade dos projetores LED	Uso de componentes de baixa qualidade ou sem certificação	Pós-execução (Garantia)	Contratada	2	4	8	Impacto: necessidade de substituição antecipada, aumento de custos. Mitigação: exigir garantia mínima de 5 anos, vida útil \geq 50.000h e substituição imediata de defeituosos.
6	Sobrecarga elétrica nos quadros e circuitos	Superdimensionamento da carga ou falha de projeto	Execução	Contratada / Fiscalização	2	4	8	Impacto: falhas elétricas, risco de incêndio. Mitigação: limitar potência a 108 kW por torre, ajustes com ART do engenheiro eletricista, inspeção da fiscalização.
7	Inadimplemento ou abandono da obra	Dificuldades financeiras ou má gestão contratual da empresa	Execução	Contratada / Administração	2	5	10	Impacto: paralisação do contrato, necessidade de nova licitação. Mitigação: exigir seguro-garantia de execução (5% do valor contratual), aplicar sanções administrativas (Lei nº 14.133/2021).
8	Variações no preço de mercado dos projetores LED	Oscilação cambial ou alteração no mercado de iluminação	Execução / Garantia	Administração	3	3	9	Impacto: risco de aumento de custos em substituições futuras. Mitigação: aplicar atualização pelo INPC/IBGE; em caso de redução de mercado, adotar preço atual com desconto da licitação.

Qual será a regra da subcontratação?

Será permitida a subcontratação.

Se permitida, quais os limites da subcontratação?

A subcontratação será permitida até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sendo:

- Execução de ensaios fotométricos em campo (GRID FPF);
- Emissão de laudos técnicos luminotécnicos e estruturais, desde que realizados por profissionais ou empresas legalmente habilitadas e com ARTs correspondentes;
- Serviços acessórios como locação de equipamentos, transporte e logística de materiais.

A contratada permanece como única responsável técnica e jurídica perante a Administração, inclusive por eventuais falhas, vícios ou descumprimentos cometidos pelos subcontratados;

A responsabilidade solidária entre contratada e subcontratada deverá constar expressamente no contrato ou termo de autorização;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

O pagamento aos subcontratados será de responsabilidade exclusiva da contratada, não havendo vínculo jurídico entre estes e a Administração.

Além da conciliação, haverá outro método alternativo de resolução de controvérsias?

☐ Sim ☒ Não

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

As medições dos serviços executados serão realizadas pela Fiscalização a cada 30 (trinta) dias corridos, observando-se o cronograma físico-financeiro e as unidades de medida constantes da planilha orçamentária, ficando expressamente vinculadas à efetiva execução e conformidade dos serviços.

O pagamento somente será autorizado após a verificação, atesto e aprovação da medição pela Fiscalização, condicionando-se à comprovação de que os serviços medidos foram executados de acordo com o Termo de Referência, o estudo luminotécnico apresentado e aprovado quanto aos resultados finais, bem como às normas técnicas aplicáveis.

A glosa poderá ser aplicada, total ou parcialmente, nos seguintes casos, entre outros:

- serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;
- etapas executivas incompletas ou não comprovadas;
- não atendimento aos níveis mínimos de iluminância exigidos;
- ausência de documentos técnicos, laudos, ARTs ou registros exigidos para a etapa medida;
- correções ou retrabalhos ainda não executados.

Os valores glosados somente poderão ser pagos após a regularização das pendências, devidamente comprovada e aceita pela Fiscalização, em medição subsequente.

Prazo de pagamento:

A contratada, após a aprovação da medição, emitirá as faturas contra a Administração, no primeiro dia subsequente à comunicação do valor aprovado e terão vencimento **no 15º (décimo quinto) dia**, após o registro da Nota Fiscal, mediante a apresentação da documentação fiscal pertinente.

Critério de reajuste e repactuação:

Índice de reajuste ou repactuação dos insumos

O índice a ser utilizado é o INPC (IBGE), que é adotado pela prefeitura como índice



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

oficial para orientar os reajustes contratuais. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado anexo no TR.

Haverá Instrumento de Medição de Resultado?

☐ Sim ☒ Não

Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

Haverá a adoção do regime de conta vinculada?

☐ Sim ☒ Não

Critério e prazo para recebimento provisório

Recebimento provisório conforme Art. 170, inciso II, alínea a, do Decreto Municipal nº 8.109/2023.

O objeto do contrato será recebido provisoriamente, em até 5 (cinco) dias contados da entrega do objeto, pelo fiscal do contrato, mediante lista de verificação que demonstre a conformidade do bem ou serviço com as exigências contratuais.

Critério e prazo para recebimento definitivo

Recebimento definitivo conforme Art. 170, inciso II, alínea b, do Decreto Municipal nº 8.109/2023.

O recebimento definitivo ocorrerá após:

- Entrega de todos os documentos técnicos finais (ARTs, laudos laboratoriais e relatórios técnicos);
- Realização e aprovação do ensaio luminotécnico final em campo;
- Substituição de eventuais equipamentos defeituosos identificados;

O prazo máximo será de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento provisório, conforme art. 140, II, da Lei nº 14.133/2021.

É UMA CONTRATAÇÃO DIRETA?

☐ Sim ☒ Não

É um caso de inexigibilidade de licitação?

☐ Sim ☒ Não



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

É uma licitação dispensada?

☐ Sim ☒ Não

É uma licitação dispensável?

☐ Sim ☒ Não

EXISTE A NECESSIDADE DE ELABORAR UM EDITAL DE SELEÇÃO?

☒ Sim ☐ Não

Rito de seleção

Pregão

Forma da seleção

☐ Presencial ☒ Eletrônica

Local do certame:

<https://bll.org.br>

Critério de julgamento

Menor preço

A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens

☒ Global ☐ Lotes de itens ☐ Por itens

A contratação será realizada na forma global, abrangendo o fornecimento, a instalação, os serviços de adequação elétrica, os testes luminotécnicos, a emissão dos laudos técnicos e a garantia de 5 anos dos equipamentos.

Modo de disputa

Aberto

Haverá antecipação da habilitação?

☐ Sim, rito com habilitação antecipada ☒ Não, rito procedimental comum



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

Desempate ficto, prazo para regularidade fiscal e direito de preferência

Exigências específicas para a fase de proposta

☒ Existem exigências específicas ☐ Não se aplica o item

Exigência de documento junto com a proposta:

A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, após a fase de lances, deve anexar na plataforma eletrônica da BLL a seguinte documentação técnica:

- Declaração do fabricante ou distribuidor autorizado de que os projetores ofertados não estão em processo de descontinuidade e possuem disponibilidade de peças de reposição por no mínimo 5 anos;
- Catálogo técnico dos projetores LED contendo informações sobre potência, eficiência luminosa, grau de proteção IP, resistência mecânica IK, temperatura de cor, fator de potência, vida útil e garantia.

A exigência de declaração do fabricante ou de distribuidor autorizado tem por finalidade assegurar a procedência, a continuidade de fornecimento, a disponibilidade de peças de reposição e o suporte técnico dos projetores de LED a serem instalados, considerando tratar-se de equipamento de aplicação específica para iluminação esportiva e com garantia mínima de 5 (cinco) anos, conforme previsto no Termo de Referência.

Tal exigência busca mitigar riscos à Administração, especialmente quanto à descontinuidade de modelos, inexistência de assistência técnica, ou inviabilidade de manutenção durante o período de garantia, preservando o interesse público e a adequada execução do contrato. Ressalta-se que não se exige exclusividade, mas apenas a comprovação de vínculo comercial legítimo com o fabricante, de modo a não restringir a competitividade.

Há necessidade de amostra para o julgamento das propostas?

☐ Sim ☒ Não

Exigências específicas para a fase de habilitação

☒ Existem exigências específicas ☐ Não se aplica o item



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Qualificação econômico-financeira:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme art. 69, II, da Lei nº 14.133/21.

A qualificação econômico-financeira é um requisito fundamental e de fácil obtenção, utilizado para verificar a saúde financeira mínima da empresa contratada.

Inscrição em entidade profissional

☒ Sim ☐ Não

Qual a entidade profissional:

O licitante deverá comprovar inscrição regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), conforme a natureza das atividades de engenharia elétrica, civil e mecânica exigidas no contrato.

Essa exigência se justifica pela necessidade de garantir que a execução do objeto seja conduzida por empresa regularmente registrada e fiscalizada pelo respectivo conselho profissional, assegurando a conformidade técnica e a responsabilidade legal da contratada.

Será exigido atestado de capacidade técnico-operacional?

☒ Sim ☐ Não

Será exigido atestado(s) de capacidade técnico-operacional emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já executou, de forma satisfatória, serviços de natureza semelhante ao objeto desta licitação.

A exigência está fundamentada no art. 67, I, da Lei nº 14.133/2021, e visa garantir que a empresa possua experiência consolidada na execução de serviços de engenharia elétrica e luminotécnica de grande porte, reduzindo riscos de inexecução contratual.

Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-operacional:

Comprovação de 1 (um) ou mais atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente em nome da licitante, demonstrando que executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, especialmente a comprovação de execução de:

- **Montagem e/ou adequação de quadros elétricos e cabeamento de força em redes de baixa tensão, totalizando no mínimo 02 quadros;**
- **Instalação de módulos de iluminação com tecnologia LED (não necessariamente luminotécnico esportivo), totalizando no mínimo 30 luminárias ou projetores;**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

A visita técnica será facultativa. Se houver interesse da empresa, a visita será realizada de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos nas repartições públicas do Município de Sertãozinho) impreterivelmente às 10:00 horas e até o dia imediatamente anterior à data de abertura da licitação, na Secretaria de Obras, Conservação e Serviços públicos, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida nº 1.773, Bairro São João – Fone: (16) 3946.7800 (sem necessidade de agendamento prévio).

Ressaltamos que a visita técnica reflete a necessidade de que as empresas participantes conheçam os locais e identifiquem possíveis readequações que precisam ser realizadas, impactando diretamente em suas propostas. A empresa interessada poderá indicar livremente qualquer pessoa.

Observação: Se a empresa optar de, não realizar a visita técnica, a Prefeitura Municipal de Sertãozinho, através da Secretaria Municipal de Obras, Conservação e Serviços Públicos, entende que a mesma tem conhecimento dos próprios públicos e não tem dúvidas, quanto ao local pretendido para realização dos serviços, portanto não poderá haver questionamento, sobre as condições do local.

Será admitida a utilização por atestado do subcontratado?

☐ Sim ☒ Não

Os atestados de capacidade técnico-operacional podem ser substituídos por outras provas hábeis?

☐ Sim ☒ Não

Exigência de atestado de capacidade técnico-profissional, para fins de contratação:

☒ Sim ☐ Não

Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-profissional:

Comprovação de 1 (uma) ou mais Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT expedido (s) em nome do profissional indicado como Responsável Técnico do contrato, por Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente da região onde os serviços foram prestados, que comprove (m) ter o profissional executado para administração pública ou privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) – serviço (s) relativo (s) a:

- **Montagem e/ou adequação de quadros elétricos e cabeamento de força em redes de baixa tensão;**
- **Instalação de módulos de iluminação com tecnologia LED (não necessariamente luminotécnico esportivo).**



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Os atestados de capacidade técnico-profissional, se exigidos, precisam estar registrados na entidade profissional competente?

☒ Sim ☐ Não

Justificativa para registro em outro conselho além do CREA ou CRT:

Embora o objeto principal envolva predominantemente serviços de engenharia elétrica e luminotécnica, podendo ser abarcado pelo CREA ou CRT, admite-se, em caráter excepcional, o registro de atestados em outros conselhos profissionais, desde que o serviço técnico correspondente esteja sob sua jurisdição legal.

Por exemplo, podem ser aceitos registros no:

- CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), caso envolvam projetos de arquitetura luminotécnica;
- CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), para atividades técnicas executadas por técnicos habilitados;
- Outros conselhos equivalentes, conforme a natureza do serviço prestado e a legislação específica aplicável.

Os atestados de capacidade técnico-profissional podem ser substituídos por outras provas hábeis?

☐ Sim ☒ Não

Há outro requisito previsto em lei especial?

☒ Sim ☐ Não

- Segurança em instalações e serviços em eletricidade – NR-10 (Portaria MTE nº 3.214/1978)
 - Toda a equipe envolvida deverá comprovar capacitação em segurança em eletricidade, mediante certificados de treinamento NR-10 atualizados.
- Segurança no trabalho em altura – NR-35 (Portaria SIT nº 313/2012)
 - Os profissionais que atuarem na instalação e manutenção dos projetores em torres de 18 m deverão apresentar comprovação de treinamento em NR-35.
- Conformidade técnica e metrológica – Portaria Inmetro nº 62/2014
 - Os projetores LED deverão possuir ensaios laboratoriais acreditados no Inmetro, garantindo conformidade com os requisitos de eficiência energética, durabilidade (LM-79/LM-80), grau de proteção IP e resistência mecânica IK.

Esses requisitos são de atendimento obrigatório e deverão ser comprovados documentalmente pela contratada no momento da execução e recebimento do objeto.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Será vedada a participação de consórcios?

☐ Sim ☒ Não

Infrações e penalidades no certame

Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Sertãozinho	seis meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Sertãozinho	seis meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Sertãozinho	seis meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses

É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

☐ Sistema de Registro de Preços ☒ Contratação tradicional

É UMA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA?

☒ Sim ☐ Não



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Regime de execução do contrato

Empreitada por preço global

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base em consultas preliminares de mercado junto a fornecedores e empresas de engenharia elétrica, a estimativa de investimento para a execução da solução escolhida é de aproximadamente:

R\$ 509.507,21 (Quinhentos e nove mil, quinhentos e sete reais e vinte e um centavos).

Data da conclusão da formação de preço:

08 de dezembro de 2025.

O preço de referência será sigiloso no processo?

☐ Sim ☒ Não

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Previsão orçamentária para a contratação

Existe previsão orçamentária

Rubrica orçamentária para a contratação

Dotação: 575/2025 – Vínculo: 91.110.0000 – Natureza Despesa: 4.4.90.51.00 – Classificação Funcional: 15.451.0079.1.525 – Fonte: Recurso Próprio.

NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O nome do pregoeiro será indicado pela Secretaria Municipal de Administração.

APROVAÇÃO

Sertãozinho - SP, 19 de janeiro de 2026.

Engº Alberto Dominguez Cánovas
Secretário Adjunto de Obras, Conservação e Serviços Públicos



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 005/2026

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO COMPLETO: TELEFONE: E-MAIL INSTITUCIONAL:

Objeto licitado		
Item	Descrição	Valor Global (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A SUBSTITUIÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL FREDERICO DALMASO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	

Obs.: O contratado deverá apresentar planilha orçamentária devidamente preenchida com preço unitário e total de cada item.

Deverão ainda, ser observados os valores máximos unitários e global da proposta e planilha orçamentária a ser preenchida.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Todos os custos decorrentes da entrega correm por conta do Contratado.

DADOS BANCÁRIOS DE ACORDO COM CNPJ DA EMPRESA:

BANCO Nº Nº DA AGÊNCIA Nº DA CONTA CORRENTE:



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Apresentar os dados do (s) responsável (is) pela assinatura do contrato e do Termo de Ciência e Notificação, conforme abaixo:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

OBS: A não apresentação dos dados acima, não será motivo de desclassificação da proposta.

Declaramos nossa inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e às cláusulas e condições do respectivo Edital que trata a presente proposta; que observaremos, integralmente e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 005/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Qualificação do Proponente – razão social, CPNJ, endereço), por meio de seu representante legal (qualificação do representante legal da proponente), DECLARA, sob as penas da lei que:

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

cumprirá plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

cumprirá as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ANEXO III.3

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO Nº 005/2026

ATESTADO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa _____ (nome da empresa participante), através de seu representante o _____ (nome do Responsável Técnico), _____ (nº do CPF e RG), visitou o local destinado à _____ (Objeto da Licitação), neste Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, de acordo com Processo nº _____ e _____ (modalidade da Licitação) nº _____.

(Local e data).

Representante do Município de Sertãozinho



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO Nº 005/2026

CONTRATO Nº
PROCESSO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO E A EMPRESA _____, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A SUBSTITUIÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL FREDERICO DALMASO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO**, Estado de São Paulo, com sede na Rua Aprígio de Araújo, nº 837, CNPJ nº 45.371.820/0001-28, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **JOSÉ ALBERTO GIMENEZ**, e de outro lado a empresa..... CNPJ nº.....-....., com sede na Rua....., na cidade de, neste ato representada por....., doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do resultado do processo licitatório nº 005/2026, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 002/2026, pelo Senhor Prefeito Municipal, pelo tipo de Licitação de menor preço, Lei Federal nº 14.133/2021, com as alterações posteriores, têm entre si justo e acordado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente instrumento a **Contratação de empresa especializada para a substituição e melhoria da iluminação do Estádio Municipal Frederico Dalmaso, contemplando o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada para execução dos serviços**, conforme os anexos I e II, que ficam fazendo parte integrantes e inseparáveis deste contrato.

1.2. Objeto da contratação:

Objeto licitado		
Item	Descrição	Valor Global (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A SUBSTITUIÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL FREDERICO DALMASO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE	



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

	MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	
--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O termo de referência;

1.3.2. O memorial descritivo de atividades;

1.3.3. O edital da licitação;

1.3.4. A proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo para **execução dos serviços será de até 02 (dois) meses e a vigência contratual será de até 04 (quatro) meses**, contados a partir da data indicada pelo CONTRATANTE na Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria requisitante.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no termo de referência.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

Nº	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Prob. (1-5)	Impacto (1-5)	Nível (PxI)	Impactos e Estratégia de Mitigação
1	Fornecimento de equipamentos fora de especificação ou descontinuidade	Ausência de laudos técnicos ou produtos em processo de descontinuidade	Licitação / Execução	Contratada / Fiscalização	3	5	15	Impacto: iluminação inadequada, prejuízo ao desempenho esportivo e à segurança. Mitigação: exigir laudos técnicos (LM79, LM80, IP, IK) e declaração de produção contínua do fabricante; conferência documental pela fiscalização.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

2	Atraso na execução da obra	Planejamento inadequado ou má gestão de equipe	Execução	Contratada / Fiscalização	3	4	12	Impacto: atraso na entrega do estádio e prejuízos a jogos oficiais. Mitigação: cronograma físico-financeiro, medições mensais, vinculação de pagamentos à execução e aplicação de penalidades.
3	Problemas estruturais nas torres metálicas (18 m)	Ausência de laudo estrutural prévio ou desgaste do material	Execução	Contratada	2	5	10	Impacto: risco de colapso estrutural e acidentes graves. Mitigação: exigir laudo estrutural de engenheiro civil ou mecânico antes da instalação; adequações sob responsabilidade da prefeitura.
4	Acidentes de trabalho (altura e eletricidade)	Falta de treinamento ou de uso de EPIs	Execução	Contratada	3	5	15	Impacto: lesões graves, paralisação da obra, passivo trabalhista. Mitigação: comprovação de treinamentos NR-10 e NR-35, fiscalização do uso de EPIs, responsabilidade integral da contratada.
5	Falhas prematuras de durabilidade dos projetores LED	Uso de componentes de baixa qualidade ou sem certificação	Pós-execução (Garantia)	Contratada	2	4	8	Impacto: necessidade de substituição antecipada, aumento de custos. Mitigação: exigir garantia mínima de 5 anos, vida útil ≥ 50.000 h e substituição imediata de defeituosos.
6	Sobrecarga elétrica nos quadros e circuitos	Superdimensionamento da carga ou falha de projeto	Execução	Contratada / Fiscalização	2	4	8	Impacto: falhas elétricas, risco de incêndio. Mitigação: limitar potência a 108 kW por torre, ajustes com ART do engenheiro eletricista, inspeção da fiscalização.
7	Inadimplemento ou abandono da obra	Dificuldades financeiras ou má gestão contratual da empresa	Execução	Contratada / Administração	2	5	10	Impacto: paralisação do contrato, necessidade de nova licitação. Mitigação: exigir seguro-garantia de execução (5% do valor contratual), aplicar sanções administrativas (Lei nº 14.133/2021).
8	Variações no preço de mercado dos projetores LED	Oscilação cambial ou alteração no mercado de iluminação	Execução / Garantia	Administração	3	3	9	Impacto: risco de aumento de custos em substituições futuras. Mitigação: aplicar atualização pelo INPC/IBGE; em caso de redução de mercado, adotar preço atual com desconto da licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será permitida a subcontratação;

4.1.1. A subcontratação será permitida até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sendo:

- Execução de ensaios fotométricos em campo (GRID FPF);



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- Emissão de laudos técnicos luminotécnicos e estruturais, desde que realizados por profissionais ou empresas legalmente habilitadas e com ARTs correspondentes;
- Serviços acessórios como locação de equipamentos, transporte e logística de materiais.

4.1.2. A contratada permanece como única responsável técnica e jurídica perante a Administração, inclusive por eventuais falhas, vícios ou descumprimentos cometidos pelos subcontratados;

4.1.3. A responsabilidade solidária entre contratada e subcontratada deverá constar expressamente no contrato ou termo de autorização;

4.1.4. O pagamento aos subcontratados será de responsabilidade exclusiva da contratada, não havendo vínculo jurídico entre estes e a Administração.

4.1.5. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....), sendo o valor detalhado de acordo com o item 1.2 do presente.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. A contratada, após a aprovação da medição, emitirá as faturas contra a Administração, no primeiro dia subsequente à comunicação do valor aprovado e terão vencimento no **15º (décimo quinto) dia**, após o registro da Nota Fiscal, mediante a apresentação da documentação fiscal pertinente.

6.1.2. As medições dos serviços executados serão realizadas pela Fiscalização a cada 30 (trinta) dias corridos, observando-se o cronograma físico-financeiro e as unidades de medida constantes da planilha orçamentária, ficando expressamente vinculadas à efetiva execução e conformidade dos serviços.

6.1.3. Na(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) constar o número do Processo, do Pregão e da(s) Autorização(ões) de Fornecimento encaminhada(s) à empresa. Deverá ser emitida uma nota fiscal para cada Autorização de Fornecimento. Caso não constem essas informações, a(s) nota(s) fiscal(is) será(ão) devolvida(s).



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

6.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. O índice a ser utilizado é o INPC (IBGE), que é adotado pela prefeitura como índice oficial para orientar os reajustes contratuais. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano no prazo de um ano contado da data de **08/12/2025 (data da planilha resumo)**.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência.

8.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor devido correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no termo de referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste contrato.

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste:

8.10. A Administração terá o prazo de até 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade nos endereços oficiais de consulta das certidões, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, dos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 3) Certidão Negativa, ou positiva com efeito de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

9.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

10.1.1. Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

10.1.2. Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

10.1.3. Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

10.1.4. Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

10.1.5. Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

10.1.6. Adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

10.1.7. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

10.1.7.1. A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

10.1.7.2. As informações sobre os titulares envolvidos;

10.1.7.3. A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

10.1.7.4. Os riscos relacionados ao incidente;

10.1.7.5. Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

10.1.7.6. As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

10.1.8. Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

10.1.9. Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

10.1.10. Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

10.1.11. Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

10.1.12. Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

10.1.13. Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

10.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato,



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

iv) Multa:

(1) Será aplicada multa moratória não inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;

(2) Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

(3) Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

(4) A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021):

12.3.1. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021);

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação própria, relativo ao exercício financeiro de 2026, nas classificações orçamentárias abaixo relacionadas.

CAT. ECON.	FUNCIONAL PROGR.
4.4.90.51.00	15.451.0079.1.525

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. O foro competente para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução do contrato será o do Foro da Comarca de Sertãozinho/SP.

18.2. Assim estando justos e pactuados, assinam as partes este Termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas.

Sertãozinho, de de 2026.

JOSÉ ALBERTO GIMENEZ
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ALBERTO DOMINGUEZ CANOVAS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE OBRAS, CONSERVAÇÃO
E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 - _____

2 - _____



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº: _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A SUBSTITUIÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL FREDERICO DALMASO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela Contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Sertãozinho, XXXXXX de 2026.



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: **José Alberto Gimenez**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 744.812.078-68

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nome: **José Alberto Gimenez**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 744.812.078-68

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE

PELO CONTRATANTE

Nome: **Alberto Dominguez Canovas**

Cargo: Secretário Adjunto de Obras, Conservação e Serviços Públicos

CPF: 048.926.708-47

Assinatura: _____

PELO CONTRATADO

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE

Nome: **José Alberto Gimenez**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 744.812.078-68

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*)

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

(*) O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

A _____, apresenta, a seguir, os
(Nome completo da empresa)
dados de seu(s) representante(s) legal(is) **para assinatura do CONTRATO:**

NOME(s):

CARGO(s):

NACIONALIDADE(s):

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG nº.:

CPF nº.:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ nº.:

FONE:

E-mail:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

ENDEREÇO:

Município:

Estado:

CEP:

Conta corrente

Agência:

Código da Agência:

Conta corrente nº.:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos,
na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informação.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Carimbo da empresa e assinatura do representante legal)